



AZ@BXL

Número: 296 Data: 2023.12.15

No título: [Rumo ao Morro de Castelo Branco PRC05FAI](#)

Nota: A série atual percorre os trilhos pedestres dos Açores (61). A nona edição explora o Morro de Castelo Branco, na ilha do Faial. O trilho começa e termina no lugar da Lombega, na freguesia de Castelo Branco, e insere-se, parcialmente, na Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Varadouro – Castelo Branco e na Reserva Natural do Morro de Castelo Branco. Ao longo deste percurso pedestre, pode observar algumas das aves marinhas mais importantes dos Açores, assim como o domo traquítico Morro de Castelo Branco, um geossítio do Geoparque Açores – Geoparque Mundial da UNESCO. Vai também encontrar exemplares de espécies de flora raras e protegidas, como é o caso da não-me-esqueças (*Myosotis maritima*) e da urze (*Erica azorica*).

Inicie o percurso no lugar da Lombega, junto à estrada regional e siga ao longo desta passando um café, onde poderá parar para se abastecer. Siga a sinalética, à esquerda, por um caminho de terra que dá acesso a campos de cultivo, até chegar junto à falésia. Continue rente à arriba por entre exemplares de urze (*Erica azorica*), faia-da-terra (*Morella faya*) e canas (*Arundo donax*). Passe pelo miradouro aproveitando a vista, à direita, para a parte mais jovem da ilha, a zona dos Capelinhos. Em frente encontra-se o Morro de Castelo Branco, resultado de uma erupção vulcânica costeira com cerca de 30 mil anos e um importante local de nidificação para algumas espécies de aves marinhas como o cagarro (*Calonectris borealis*), o garajau-comum (*Sterna hirundo*), o garajau-rosado (*Sterna dougallii*) e o frulho (*Puffinus baroli*). Ao chegar a um portão, opte pelo desvio à direita para o Morro e quase no final do caminho desfrute da vista para leste, para a ilha do Pico. Daqui o percurso segue pelo mesmo caminho até ao portão onde deverá seguir à direita e adiante à esquerda por uma estrada asfaltada, de acesso a campos de cultivo e pastoreio. Este caminho continua até à estrada regional, local onde termina o percurso.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Conclusões do Conselho Europeu de 14 e 15 de dezembro de 2023](#)

[Conclusões do Conselho Europeu sobre a Ucrânia, o alargamento e as reformas](#)

[Quadro de negociação sobre a revisão do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027](#)

[COP 28: negociadores da UE garantem um acordo com vista a acelerar a transição mundial para abandonar os combustíveis fósseis](#)

[Conselho aprova possibilidades de pesca para 2024 nas águas da UE e dos países terceiros](#)

[UE ajuda regiões a reterem os seus talentos: Região Norte, Açores e Madeira podem candidatar-se](#)

[Eurodeputados pedem estratégia europeia de saúde mental a longo prazo](#)

[Comissão lança concurso para Prémios Capital Verde e Folha Verde da Europa 2026](#)

[Grandes empresas geraram metade do volume de negócios líquido da UE](#)



18 de dezembro



Conselho (Ambiente)

Os ministros do ambiente da União Europeia [irão](#) tentar chegar a uma posição comum relativa ao Regulamento relativo a embalagens e resíduos de embalagens, que altera o Regulamento (UE) 2019/1020 e a Diretiva (UE) 2019/904 e que revoga a Diretiva 94/62/CE. Haverá igualmente um debate de orientação respeitante à Diretiva relativa à monitorização e à resiliência do solo. A Comissão Europeia apresentará ainda a sua avaliação referente aos planos nacionais em matéria de energia e clima.

19 de dezembro



Conselho (Energia)

O Conselho [procurará](#) obter um acordo político quanto à prorrogação do período de aplicação de três regulamentos de emergência do Conselho, adotados em dezembro de 2022, ao abrigo do artigo 122.º. As medidas de emergência foram adotadas no ano passado na sequência da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, a fim de reforçar a solidariedade entre os Estados-Membros, acelerar a implantação das energias renováveis e proteger os cidadãos da UE dos preços excessivamente elevados da energia. Os regulamentos de emergência têm de ser prorrogados devido aos riscos persistentes para a segurança do aprovisionamento de gás da UE, e a fim de evitar a volatilidade do mercado e preços do gás excessivamente elevados.

O Regulamento (UE) 2022/2577 visa combater a crise energética, reduzir a dependência da UE dos combustíveis fósseis russos e fazer avançar os objetivos climáticos da UE, acelerando o processo de concessão de licenças e a implantação de projetos de energias renováveis. É aplicável a partir de 30 de dezembro de 2022 por um período de 18 meses. Os ministros procurarão obter um acordo político sobre a prorrogação do período de aplicação de determinadas disposições do regulamento até 30 de junho

de 2025. Ao contrário dos outros dois regulamentos de emergência, as alterações vão para além da mera prorrogação do período de aplicação do regulamento.

28 de dezembro



Reduzir as disparidades na UE: 9.º relatório sobre a coesão económica, social e territorial

O presente relatório da Comissão Europeia avaliará os progressos realizados na redução das disparidades económicas, sociais e regionais na UE e a forma como as políticas nacionais e da UE contribuíram para alcançar este objetivo. O período [de apresentação de comentários](#) ao convite de apreciação **encerra a 28 de dezembro**.

31 de dezembro



Novo Bauhaus Europeu: estão abertas as candidaturas à apresentação de eventos satélite no âmbito do Festival do Novo Bauhaus Europeu

A Comissão Europeia [abriu as candidaturas](#) à apresentação de eventos satélite no âmbito do Festival do Novo Bauhaus Europeu. O festival, que se realizará em abril de 2024, reunirá pessoas de diversas origens em *workshops*, atividades e eventos satélite para debater e moldar o futuro. O convite à apresentação de eventos satélite está aberto até 31 de dezembro de 2023.

9 de janeiro



Programa UE pela Saúde 2021-2027: avaliação intercalar

A avaliação intercalar do Programa UE pela Saúde 2021-2027 analisará os resultados e impactos da execução do programa entre o seu lançamento e junho de 2024. Avaliará em que medida o programa foi eficaz, eficiente em termos de custos e proporcionou valor acrescentado da UE. Analisará igualmente a sua coerência com outros programas de financiamento da UE. Apresentação de posições [aqui](#).



Consulta Pública respeitante ao Fundo Social Europeu e Iniciativa para o Emprego dos Jovens 2014-2020 (avaliação)

A avaliação abrangerá todos os países da UE-27 e o Reino Unido. Avaliará: a eficácia, a eficiência, a pertinência e o valor acrescentado europeu das ações financiadas pelo Fundo Social Europeu (FSE), entre as quais a Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) no período 2014-2020; a complementaridade e a coerência com outros fundos, incluindo avaliações transversais; todas as prioridades de investimento do FSE, a fim de obter uma panorâmica do FSE e da IEJ, incluindo o financiamento ao abrigo da Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus (CRII e CRII+), da REACT-EU e do apoio no âmbito da CARE. Comentários [aqui](#).

12 de janeiro



Nova ferramenta de aconselhamento para as Regiões Ultraperiféricas da UE

A ferramenta de aconselhamento para as regiões ultraperiféricas da UE foi criada pela Comissão Europeia para prestar serviços de aconselhamento a pedido e adaptados às partes interessadas nestas regiões. Esta ferramenta pode apoiar a elaboração de planos de desenvolvimento regional e a aproveitar as oportunidades dos instrumentos, fundos e programas da UE, nacionais e internacionais. Para mais informações sobre o tipo de serviços propostos, consulte o [catálogo de serviços](#) no sítio em linha da ferramenta de aconselhamento.

Pode solicitar serviços ao abrigo da ferramenta de aconselhamento se for uma organização pública ou privada localizada numa das nove regiões ultraperiféricas da UE (Maiote, Guiana Francesa, Martinica, São Martinho, Guadalupe, Reunião, Açores, Madeira e Canárias). O convite à manifestação de interesse, o formulário de candidatura e outros documentos de apoio para os candidatos podem ser consultados aqui: [ligação](#). O formulário de candidatura preenchido e qualquer questão relacionada com o convite devem ser enviados para o seguinte endereço de correio eletrónico: advisory-tool-eu-outermost-regions@ecorys.com. O convite permanecerá aberto até **12 de janeiro de 2024**. A avaliação das candidaturas será efetuada numa base contínua. Para mais informações sobre a ferramenta de aconselhamento, consulte: [link](#)

14 de janeiro



Resiliência da sociedade: gerir os riscos climáticos na UE

O último relatório do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas reiterou que as alterações climáticas causam um aumento inevitável dos impactos físicos. Com base na avaliação científica europeia dos riscos climáticos, a comunicação identificará os domínios em que são necessárias novas medidas para gerir os riscos na UE. O objetivo é comunicar os resultados da avaliação dos riscos climáticos na UE e assegurar que os decisores políticos possam tomar decisões informadas sobre a aceitabilidade dos riscos e as soluções de compromisso relacionadas com a atenuação dos riscos. Os comentários relativos a esta comunicação podem ser carregados [aqui](#).

16 de janeiro



«A Cultura Move a Europa»: abertas candidaturas para residências artísticas em organizações culturais

O maior programa de mobilidade cultural da UE, «A Cultura Move a Europa», [abriu](#) o seu segundo convite à apresentação de propostas para entidades de acolhimento de residências artísticas. O convite destina-se, nomeadamente, a organizações sem fins lucrativos, ONG, organismos públicos, fundações, empresas ou artistas independentes sediados num dos 40 países do [programa Europa Criativa](#) e ativos nas artes do espetáculo, artes visuais, música, património cultural, arquitetura, *design* e *design* de moda, bem como na literatura.

Este convite ficará aberto até 16 de janeiro de 2024. O primeiro convite à apresentação de propostas para acolhimento de residências artísticas, que terminou em junho de 2023, pré-selecionou 89 projetos que envolveram 232 artistas de 33 países diferentes do programa Europa Criativa, em especial de Itália, **Portugal** e Polónia. As residências artísticas vão abranger todos os setores culturais e várias incidirão nos objetivos do [Novo Bauhaus Europeu](#). Mais informações [aqui](#) e [aqui](#).

17 de janeiro



Poluição por microplásticos: medidas para reduzir o respetivo impacto no ambiente

Esta iniciativa, que visa combater os microplásticos libertados para o ambiente de forma não intencional, centra-se na rotulagem, na normalização, na certificação e em medidas regulamentares relativas às principais fontes deste tipo de plásticos. A iniciativa visa concretamente: melhorar os conhecimentos científicos sobre os riscos e a presença de microplásticos no ambiente, na água canalizada e nos alimentos; reduzir a poluição ambiental e os eventuais riscos dos microplásticos para a saúde, respeitando simultaneamente os princípios do mercado único e incentivando a competitividade e a inovação. Comentários [aqui](#).

Até 31 de janeiro



Programa Europa Criativa lança três novos convites à apresentação de propostas no valor total de 115 milhões de euros para apoiar os setores cultural e criativo

O programa Europa Criativa lançou os seus três primeiros convites à apresentação de propostas de financiamento para 2024, oferecendo um apoio significativo aos setores culturais e criativos da Europa. O [convite à apresentação de projetos no âmbito da cooperação europeia](#), com um orçamento de cerca de 60 milhões de euros, reforçará a colaboração transfronteiriça entre organizações culturais e apoiará o desenvolvimento, a experimentação e a divulgação de práticas inovadoras e a criação de conteúdos artísticos europeus, beneficiando pelo menos 130 projetos.

Em segundo lugar, um [novo convite](#) à apresentação de propostas, com um orçamento de 47,4 milhões de euros, oferecerá apoio a cerca de 15 plataformas para a promoção de artistas emergentes durante o período 2024-2027. Por último, a iniciativa "[Entidades Culturais Pan-Europeias](#)" visa apoiar, em particular, as orquestras, com um vasto âmbito geográfico. Graças a [este convite](#), com um orçamento de 7,2 milhões de euros para 2024-2027, as entidades receberão apoio para oferecer formação, profissionalização e oportunidades de atuação a jovens artistas talentosos. Serão selecionadas até cinco orquestras, abrangendo uma vasta área geográfica, para receber o fundo. O prazo de candidatura para os três convites é janeiro de 2024. Para mais informações sobre o processo de candidatura e os pormenores do convite à apresentação de candidaturas, consultar o [Portal de Financiamento e Concursos da UE](#).



Reserva de talentos da UE

O compromisso de criar uma reserva de talentos da UE foi mencionado pela primeira vez no Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo, tendo a ideia sido posteriormente desenvolvida no âmbito do pacote de medidas relativas às competências e talentos, de 2022. Esta iniciativa visa criar a primeira ferramenta de correspondência à escala da UE para facilitar o recrutamento internacional, a fim de: tornar a UE mais atrativa para trabalhadores qualificados de países terceiros; ajudar os empregadores a encontrar os talentos de que necessitam. O lançamento de uma reserva de talentos da UE seria particularmente relevante para o Ano Europeu das Competências 2023. Comentários [aqui](#).

31 de janeiro e 1 de fevereiro



Jornadas de informação relativas à promoção de produtos agrícolas

Na sequência da adoção do Programa de Trabalho para a Promoção de Produtos Agrícolas 2024, a Comissão Europeia atribuirá 185,9 milhões de euros para financiar atividades de promoção de produtos agroalimentares sustentáveis e de elevada qualidade produzidos na UE.

Os montantes disponíveis para as campanhas selecionadas em 2024 estão divididos entre a promoção no mercado interno da UE (81,3 milhões de euros) e em países terceiros (85,1 milhões de euros). Os chamados programas SIMPLES podem ser apresentados por uma ou mais organizações do mesmo país da UE. Os programas MULTI são apresentados por, pelo menos, duas organizações nacionais de, pelo menos, dois Estados-Membros, ou por uma ou mais organizações europeias. O convite à apresentação de propostas será aberto em 18 de janeiro de 2024, com um prazo para os candidatos apresentarem as suas propostas até 14 de maio de 2024. Todas as dúvidas poderão ser esclarecidas [aqui](#) durante as jornadas.

5 de fevereiro



Consulta Pública relativa ao Corpo Europeu de Solidariedade: avaliação dos programas atuais e anteriores

O Corpo Europeu de Solidariedade é o programa da UE que permite aos jovens participarem em projetos que beneficiam as comunidades, muitas vezes através do voluntariado, quer no estrangeiro quer no próprio país. Até 31 de dezembro de 2024, esta iniciativa avaliará os programas atuais e anteriores: uma avaliação intercalar do programa no período 2021-2027; uma avaliação final do programa no período 2018-2020. O objetivo é avaliar se o Corpo Europeu de Solidariedade funciona como previsto, incluindo as medidas relativas à inclusão que foram introduzidas. Comentários [aqui](#).



Bem-estar dos animais: proteção dos animais durante o transporte

Com base em novos dados científicos, as regras da UE em matéria de bem-estar dos animais durante o transporte serão substituídas por um novo regulamento para melhorar o bem-estar dos animais e garantir uma concorrência leal para as empresas. As novas medidas visarão, em especial, os seguintes aspetos: aptidão para o transporte; intervalos para abeberamento e alimentação; tempo de viagem e períodos de repouso; espaço disponível; meios de transporte; condições de transporte; exportações para países terceiros. O regulamento simplificará as regras atuais e contribuirá para um sistema alimentar sustentável. Apresentação de comentários [aqui](#).



Viajar: melhor proteção dos passageiros e dos seus direitos

Uma mobilidade justa também significa a proteção dos passageiros e dos seus direitos, como salientado na Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente da Comissão (ações 63 e 64). A Comissão irá rever o quadro regulamentar em matéria de direitos de passageiros, incluindo para assegurar a sua resiliência a grandes perturbações nas viagens, e incluindo opções para bilhetes multimodais. Avaliará as opções e proporá, se for caso disso, um regime de proteção financeira adequado para proteger os passageiros contra o risco de crise de liquidez ou de insolvência relativamente ao reembolso de bilhetes e, se necessário, ao repatriamento. Comentários [aqui](#).



Silvicultura: novo quadro da UE para a monitorização florestal e planos estratégicos

O objetivo desta iniciativa é desenvolver um quadro de observação florestal à escala da UE, tendo em vista proporcionar um acesso livre a informações pormenorizadas, precisas, regulares e atempadas sobre o estado e a gestão das florestas europeias, bem como sobre os numerosos produtos e serviços ecossistémicos que as florestas fornecem. Estas informações servirão para tomar decisões assentes em dados sobre as florestas. Com esta medida, pretende-se fomentar a confiança do público na gestão florestal, fazer diminuir a exploração madeireira ilegal, incentivar e recompensar uma gestão florestal mais sustentável e apoiar a adaptação das florestas às alterações climáticas. Comentários [aqui](#).



Consulta Pública sobre a Proteção dos fundos marinhos da pesca de arrasto pelo fundo – Avaliação

Em 2010, a Comissão apresentou ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 734/2008 do Conselho relativo à proteção dos ecossistemas marinhos vulneráveis contra os efeitos adversos das artes de pesca de fundo. O relatório sugeria a alteração do regulamento, mas esta alteração foi adiada na pendência da revisão, pelas Nações Unidas, das medidas relativas à pesca de fundo, em novembro de 2016. A avaliação incidirá nos resultados obtidos por esse regulamento para reunir os elementos de dados que servirão de base para as ações de seguimento posteriores. Comentários [aqui](#).

Até 7 de fevereiro



UE ajuda regiões a reterem os seus talentos: Região Norte, Açores e Madeira podem candidatar-se

A Comissão Europeia [vai](#) prestar assistência técnica a 10 regiões da UE para as ajudar a **atrair, reter e desenvolver talentos**. Para selecionar estas regiões, a Comissão lançou um **convite à manifestação de interesse** destinado às regiões que se confrontam atualmente com a partida da população mais jovem.

Dado que são vários os Estados-Membros que continuam a enfrentar estes desafios, este convite agora lançado visa 36 regiões de 11 Estados-Membros (Finlândia, França, Grécia, Itália, Letónia, Lituânia, Polónia, **Portugal**, Roménia, Eslováquia e Espanha) que registam uma emigração significativa de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 39 anos. Em Portugal, as regiões contempladas são a Região Norte e as Regiões Autónomas dos **Açores** e da Madeira. O **prazo** para a apresentação das candidaturas é o dia **7 de fevereiro de 2024**. O apoio e aconselhamento será atribuído a um máximo de 10 regiões. Mais informações sobre o convite à manifestação de interesse neste [sítio Web](#).

8 de fevereiro



Novo convite no valor de 96,6 milhões de euros para programas de formação doutoral e de bolsas de pós-doutoramento graças às Ações Marie Skłodowska-Curie

A Comissão Europeia [abriu](#) um novo convite à apresentação de propostas no âmbito do cofinanciamento das [Ações Marie Skłodowska-Curie \(MSCA\)](#) para programas regionais, nacionais e internacionais (COFUND). Com um orçamento de 96,6 milhões de euros, este convite irá [cofinanciar](#) programas de formação de doutoramento e programas de bolsas de pós-doutoramento. Através das MSCA COFUND, qualquer tipo de organização, incluindo universidades, centros de investigação, empresas ou autoridades regionais ou nacionais, pode receber financiamento para desenvolver e apoiar os seus próprios programas de formação, que podem ter uma componente regional, nacional ou internacional, para atrair talentos internacionais e aumentar as suas capacidades de investigação e inovação. Mais informações sobre o convite à apresentação de [candidaturas COFUND 2023](#) e sobre como candidatar-se estão [disponíveis em linha](#).

14 de fevereiro



11 milhões de euros para apoiar os órgãos de comunicação social independentes

A Comissão publicou um novo convite à apresentação de propostas no âmbito do programa [Europa Criativa](#). Este convite, intitulado "Parcerias Jornalísticas", atribuirá um total de 11 milhões de euros a duas ações distintas: por um lado, o financiamento de [colaborações transfronteiras](#) entre meios de comunicação social e, por outro, a [criação de programas de subvenções](#) para meios de comunicação social que contribuam diretamente para a vida democrática.

O prazo para apresentação de candidaturas é 14 de fevereiro de 2024, devendo os projetos ter início no final de 2024. Os candidatos podem candidatar-se a uma ou outra ação, ou a ambas. Os meios de comunicação selecionados manterão plena liberdade editorial. Será realizada uma [sessão de informação](#) a 6 de dezembro e uma panorâmica do apoio da UE ao setor dos meios de comunicação social está disponível [aqui](#).

15 de fevereiro



Consulta Pública referente ao Instrumento de Apoio Temporário para Atenuar os Riscos de Desemprego numa Situação de Emergência (SURE) – avaliação

O programa SURE foi criado em maio de 2020 para ajudar os Estados-Membros que precisavam de mobilizar meios financeiros significativos para fazer frente às consequências económicas e sociais adversas da pandemia de COVID-19 no seu território. O programa, que vigorou até dezembro de 2022, prestou assistência financeira sob a forma de empréstimos da UE aos Estados-Membros afetados para proteger o emprego e reduzir a diminuição de rendimentos. Esta iniciativa visa determinar se os resultados do SURE foram os previstos. Comentários [aqui](#).

19 e 20 de fevereiro



Perspetivas de investigação sobre os impactos das alterações climáticas na saúde

A intensificação das alterações climáticas é um desafio existencial global que introduziu pressões sem precedentes no planeta, as quais já se estão a traduzir em consequências significativas para a saúde humana. A investigação e a inovação (I&I) são

fundamentais para fornecer provas e ferramentas que permitam compreender, prevenir e reduzir os impactos na saúde destas ameaças que se desenrolam rapidamente. No entanto, existem numerosas lacunas de conhecimento que precisam de ser colmatadas e oportunidades de inovação que continuam por explorar.

Existe também uma dinâmica e um interesse crescentes a nível mundial para aumentar a coordenação com vista a uma agenda de investigação orientada para o futuro no domínio das alterações climáticas e da saúde, capaz de fornecer provas sólidas para as ações e políticas de adaptação e atenuação necessárias. Esta conferência de alto nível reunirá investigadores, decisores políticos e partes interessadas relevantes para refletir sobre as necessidades de investigação no domínio das alterações climáticas e da saúde humana. Inscrições [aqui](#).

5 de março



Missão "Restaurar os nossos oceanos e as nossas águas até 2030" Fórum anual: rumo a 2030

O segundo [Fórum Anual da Missão "Restaurar os nossos oceanos e as nossas águas"](#) terá lugar em 5 de março de 2024, em Bruxelas, e terá por objetivo fazer o balanço dos progressos e das principais realizações da Missão, mobilizar os intervenientes relevantes em torno dos principais resultados da Missão e preparar o terreno para a próxima fase da Missão, passando da demonstração à execução.

7 de março



Nova convocatória para candidaturas ao financiamento de 39,7 milhões de euros para apoio a redes europeias de organizações culturais e criativas

Uma nova convocatória para apresentação de candidaturas a [projetos para as Redes europeias de Organizações Culturais e Criativas](#) ao abrigo do quadro do programa Europa Criativa está [aberta](#) desde 23 de novembro deste ano e até 7 de março de 2024, mais informações poderão ser consultadas [aqui](#). Com um orçamento de mais de 39,7 milhões de euros para o período 2024-2027, este anúncio prevê o apoio às redes de organizações membros de vários países que compartilham uma missão, regras de governo, direitos e obrigações comuns. Essas redes agrupam organismos ativos em setores mais importantes, como a arquitetura, o património cultural, a música, ou as artes do espetáculo.

8 de março



Comissão consulta partes interessadas sobre a avaliação da diretiva relativa aos nitratos

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública para obter contributos de várias partes interessadas, incluindo agricultores, indústrias, ONG e cidadãos, sobre a avaliação da Diretiva Nitratos, que decorrerá até 8 de março de 2024. A avaliação [visa](#) determinar se a diretiva continua a ser eficaz na promoção de uma agricultura sustentável, na adaptação à evolução das condições ambientais e no apoio a novas práticas agrícolas. Explorará também oportunidades de simplificação, redução de custos e coerência com outra legislação, tendo simultaneamente em conta os contributos para os objetivos globais em matéria de biodiversidade.

18 e 19 de março



Comité das Regiões Europeu

10.ª Cimeira Europeia das Regiões e dos Municípios

Presidentes de câmara, vereadores, ministros regionais e decisores europeus e mundiais reunir-se-ão em Mons, na Região da Valónia, na Bélgica, para debater os desafios e as soluções para o futuro da Europa e não só. Organizada pelo Comité das Regiões Europeu, em conjunto com a Região da Valónia e a Presidência belga do Conselho da União Europeia, a [10.ª Cimeira Europeia das Regiões e dos Municípios](#) proporcionará uma nova perspetiva sobre temas que estão no centro das preocupações dos cidadãos, como a democracia, o desenvolvimento sustentável, o futuro da União Europeia e o seu alargamento, a necessidade de assegurar a coesão social, económica e territorial e a resposta às consequências da guerra contra a Ucrânia. Inscrição [aqui](#).

20 e 21 de março



Jornadas Europeias da Investigação e Inovação ("I&I Days") 2024

O evento anual emblemático de investigação e inovação da Comissão Europeia reúne decisores políticos, investigadores, empresários e o público em geral para debater e moldar o futuro da investigação e da inovação na Europa. Esta [quinta edição](#)

terá lugar de 20 a 21 de março de 2024, tanto fisicamente em Bruxelas como em linha, permitindo que todos participem a partir de qualquer lugar.

2 a 5 de abril



Connecting Europe Days 2024

O evento "[Connecting Europe Days](#)" reunirá políticos, instituições financeiras, representantes da indústria, partes interessadas do setor dos transportes e a Comissão Europeia para debater medidas concretas e trocar boas práticas sobre a criação de uma rede de transportes e mobilidade totalmente descarbonizada, resiliente, sem descontinuidades e digital na Europa. Será feito o balanço dos ambiciosos objetivos estabelecidos no Pacto Ecológico Europeu e na Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente.

Até 30 de abril



Concurso para Prémios Capital Verde e Folha Verde da Europa 2026

A Comissão Europeia [lançou](#) um **convite à apresentação de propostas para que as cidades europeias empenhadas na sustentabilidade** se candidatem à edição de 2026 dos Prémios Capital Verde e Folha Verde da Europa. As cidades são convidadas a inscrever-se no concurso através [desta página Web](#) e podem enviar as suas candidaturas até 30 de abril de 2024. Mais informações nesta [notícia](#)

31 de maio



Culture Moves Europe: novas oportunidades de mobilidade cultural para artistas

O maior programa de mobilidade cultural da UE, denominado "Culture Moves Europe", [abriu](#) um novo convite à mobilidade individual. Destina-se a artistas e profissionais da cultura com, pelo menos, 18 anos de idade, legalmente residentes num dos 40 países do programa Europa Criativa e ativos nos seguintes setores: artes performativas, artes visuais, música, património cultural, arquitetura, design e design de moda e literatura. As [candidaturas estão abertas até 31 de maio de 2024](#).

O regime oferece bolsas de mobilidade que contribuem para as despesas de deslocação e de subsistência, que podem ser complementadas com apoio financeiro adicional para promover uma participação mais diversificada de pessoas que enfrentam obstáculos à mobilidade internacional. É oferecido um maior apoio financeiro às pessoas que viajam ecologicamente, que são pais de crianças pequenas ou que necessitam de um visto. Os artistas portadores de deficiência são particularmente encorajados a candidatar-se, uma vez que a iniciativa "Culture Moves Europe" lhes oferece um apoio especial para cobrir os custos adicionais que possam advir da deficiência, permitindo-lhes participar em projetos transfronteiriços.

11 a 13 de junho



Semana Europeia da Energia Sustentável 2024

De 11 a 13 de junho, a [Semana Europeia da Energia Sustentável](#) reúne autoridades públicas, empresas privadas, ONG e consumidores para promover iniciativas que acelerem a descarbonização através de tecnologias e soluções ecológicas, com vista a uma transição justa e equitativa para as pessoas e empresas competitivas. Mais informações [aqui](#).

ACONTECEU

Presidente do Governo recebeu Olgierd Geblewicz, presidente do PPE no Comité das Regiões

O presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, [recebeu](#) em audiência, no Palácio de Sant'Ana, o presidente da Região da Pomerânia Ocidental, Olgierd Geblewicz, líder do PPE no Comité das Regiões. O encontro serviu para ambos os responsáveis políticos abordarem questões relativas aos desafios que as Regiões Ultraperiféricas, como os Açores, enfrentam, em particular no que respeita à conectividade e aos transportes aéreos e marítimos, fundamentais ao fornecimento de bens essenciais.

“É essencial a adaptação da ação da União às particularidades das Regiões Ultraperiféricas”, assim como a necessidade da criação de um programa POSEI específico para os transportes, como forma de solucionar o constrangimento das acessibilidades destas regiões, sublinha José Manuel Bolieiro. Outro dos assuntos em cima da mesa foi a necessidade da intensificação dos esforços de apoio aos Açores, no seguimento ao parecer do Comité das Regiões sobre o potencial das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, texto aprovado por unanimidade e dirigido à Comissão Europeia. Olgierd Geblewicz, membro do Comité das Regiões Europeu desde 2011, e presidente do Grupo PPE no órgão desde janeiro de 2020, considerou que, tendo em conta os desafios específicos das Regiões Ultraperiféricas, “nenhuma região deve ser deixada para trás”, constatando ainda que os constrangimentos provenientes dos transportes e da conectividade devem merecer atenção das instituições europeias.

Candidaturas para investimento nas explorações agrícolas ao abrigo do PRR decorrem até 26 de janeiro, relembra Governo dos Açores

O secretário regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural [realçou](#), na Graciosa, que, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), estão abertas candidaturas, até 26 de janeiro, para o investimento à atividade agropecuária, onde a construção de reservatórios de água é um dos apoios elegíveis. António Ventura, que falava à margem de uma reunião com o executivo camarário de Santa Cruz da Graciosa, adiantou que “os regimes de apoio à inovação de produtos e processos de produção e organização, à transição verde e à transição digital, destinados à reestruturação das explorações agrícolas são uma excelente oportunidade para que as ilhas com maiores problemas de abastecimento de água possam investir na construção de reservatórios de água”.

“Pelo facto de ser extremamente importante, é preciso adotar medidas que visem a captação de água, as formas de armazenamento e a sua distribuição eficiente e com qualidade, especialmente nas ilhas com maior escassez desse bem”, realçou. “Sendo a Graciosa, a par com o Pico e com Santa Maria, ilhas onde existem sérios problemas com o abastecimento de água, quer para consumo animal, como para consumo humano, torna-se fundamental que os agricultores destas ilhas aproveitem esta oportunidade para se candidatarem a esta medida do PRR, a fim de criarem reservatórios de água nas suas explorações”, sublinhou.

Segundo António Ventura, “os apoios são atribuídos sob a forma de subvenção não reembolsável, sendo que as despesas elegíveis beneficiam de uma taxa de apoio de 80%”. “O apoio público por cada candidatura apresentada está limitado a 32.500,00 euros de despesa máxima elegível, sendo o apoio correspondente a 80%, ou seja, 26 mil euros”, acrescentou. O Aviso N.º 13/C05-i05-RAA/2023, inserido no investimento para o Relançamento Económico da Agricultura Açoriana, no âmbito do PRR, prevê os regimes de apoio à inovação de produtos e processos de produção e organização, à transição verde e à transição digital, destinados à reestruturação das explorações agrícolas. São apoios elegíveis a construção de reservatórios de água nas explorações agrícolas; a instalação de sistemas automatizados na alimentação animal e na ordenha; a aquisição de sensores para a deteção de doenças na horticultura e na fruticultura e de *drones* (veículos não tripulados) para a pulverização de vinhas e campos de milho.

Resultados do Conselho Agricultura – 12 de dezembro

O Conselho [tomou](#) nota dos bons progressos realizados durante a Presidência espanhola sobre a proposta de regulamento relativo aos vegetais obtidos por meio de novas técnicas genómicas e aos respetivos alimentos para consumo humano e animal. O regulamento proposto visa permitir que o setor agroalimentar da UE contribua para os objetivos de inovação e sustentabilidade do Pacto Ecológico Europeu e das estratégias “do Prado ao Prato” e da “Biodiversidade”, reforçando simultaneamente a competitividade do sector. Além disso, as regras propostas asseguram um elevado nível de proteção da saúde humana, animal e ambiental.

À medida que se aproxima o final do primeiro ano de implementação da nova política agrícola comum (PAC), os ministros fizeram o balanço dos planos estratégicos da PAC. Os planos estratégicos da PAC constituem o principal instrumento para concretizar os objetivos da PAC entre 2023 e 2027. Foram elaborados pelos Estados-Membros e aprovados pela Comissão. Os planos apoiam a agricultura e as zonas rurais com um total de 307 mil milhões de euros de despesas públicas através do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) (incluindo o cofinanciamento nacional). Além disso, os planos estratégicos contribuem para os compromissos ambientais e climáticos da UE e desempenham um papel importante na consecução dos objetivos das estratégias “do Prado ao Prato” e da “Biodiversidade”. Os ministros trocaram pontos de vista sobre os planos estratégicos e debateram os desafios relativos à sua implementação. Em especial, salientaram a necessidade de estabilidade e

previsibilidade para os agricultores, sublinhando a importância da simplificação e da facilitação do processo de alteração dos planos estratégicos.

Diretivas Pequeno-Almoço: rótulos mais claros no mel, sumos de frutos e compotas

Com a revisão das regras de rotulagem, os eurodeputados [querem](#) ajudar os consumidores a tomar decisões mais informadas sobre produtos agroalimentares como o mel, sumos de frutos e compotas. Na terça-feira, o Parlamento adotou a sua posição sobre a revisão das chamadas diretivas «pequeno-almoço» com 522 votos a favor, 13 votos contra e 65 abstenções. A proposta atualiza as regras relativas à composição, denominação, rotulagem e apresentação de determinados géneros alimentícios.

Os eurodeputados concordam que o país onde o mel foi colhido deve figurar no rótulo. Acrescentam que, no caso dos sumos de frutos, doces, geleias, marmeladas e creme de castanha, o país de origem do fruto utilizado deve também ser indicado no rótulo frontal. Se o mel ou o fruto utilizado for originário de mais do que um país, os eurodeputados querem que os países de origem sejam indicados no rótulo por ordem decrescente, de acordo com a proporção que compõem do produto final, e com as respetivas percentagens na embalagem.

Para evitar a fraude e proteger os consumidores, os eurodeputados pretendem criar um sistema de rastreabilidade para a cadeia de abastecimento de mel para rastrear a origem do produto. Pretendem igualmente que a UE constitua um centro de referência para o mel, a fim de melhorar os controlos e a rastreabilidade e de detetar a adulteração através de testes sistemáticos.



Ambiente

COP 28: negociadores da UE garantem um acordo com vista a acelerar a transição mundial para abandonar, na próxima década, os combustíveis fósseis e as energias renováveis triplas, bem como a dupla eficiência energética

No final da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP28), realizada no Dubai, **os negociadores da União Europeia conseguiram, com parceiros de todo o mundo, manter viva** a possibilidade de cumprir o compromisso assumido no **Acordo de Paris para limitar o aumento da temperatura média mundial a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais**. Dando especial destaque, nas conversações, ao setor da energia, as partes acordaram em acelerar a transição para o abandono dos combustíveis fósseis na próxima década, tomar medidas para reduzir as emissões em 43 % até 2030 e colocar o mundo numa trajetória para alcançar emissões líquidas nulas até 2050, em consonância com os melhores dados científicos disponíveis.

A COP28 conclui o **primeiro balanço mundial no âmbito do Acordo de Paris**. Os objetivos do **Compromisso Mundial sobre Energias Renováveis e Eficiência Energética**, defendidos pela Comissão, traduzem-se nos resultados do balanço mundial. Todas as partes se comprometeram a triplicar a capacidade mundial de produção de energia de fontes renováveis e duplicar a taxa de melhoria da eficiência energética até 2030, dando assim um forte impulso à transição para o abandono dos combustíveis fósseis. Alcançou-se também um acordo para, na próxima década, limitar as emissões de metano e outras emissões além das de CO₂, bem como para eliminar de forma gradual, o mais rapidamente possível, os subsídios aos combustíveis fósseis ineficientes que não combatam a pobreza energética ou a transição justa.

O balanço mundial reconhece que o mundo não está atualmente no bom caminho para reduzir as emissões ao ritmo necessário para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C. Assim, as partes chegaram a acordo sobre uma via para regressar ao bom caminho, nomeadamente através de um processo de alinhamento das metas e medidas nacionais com o Acordo de Paris. As partes dispõem de dois anos (até à COP30) para apresentar os seus contributos determinados a nível nacional (CDN) para 2035, devendo estes alinhar-se com os melhores dados científicos disponíveis e com os resultados do balanço mundial.

O balanço mundial aborda igualmente os meios para implementar a transição necessária. Chegámos a acordo sobre as medidas finais para definir o **novo objetivo coletivo quantificado sobre financiamento da ação climática** na conferência do próximo ano. O quadro do **Objetivo Global de Adaptação** é um passo importante, sendo acompanhado de decisões inovadoras em matéria de financiamento da adaptação, em cujo âmbito se reconhece que este último terá de ter um aumento significativo para além da duplicação prevista para 2025. O resultado obtido impulsiona a reforma da **arquitetura financeira internacional**, adaptando-a à sua finalidade de fazer face à emergência climática. Mais especificamente, a UE deu um contributo significativo para chegar a acordo e operacionalizar um novo fundo de resposta a **perdas e danos**; a UE e os seus Estados-Membros contribuíram com mais de 400 milhões de euros – mais de dois terços dos compromissos de financiamento iniciais.

Comissão lança concurso para Prémios Capital Verde e Folha Verde da Europa 2026

A Comissão Europeia [lançou](#) um **convite à apresentação de propostas para que as cidades europeias empenhadas na sustentabilidade** se candidatem à edição de 2026 dos Prémios Capital Verde e Folha Verde da Europa. As cidades são convidadas a inscrever-se no concurso através [desta página Web](#) e podem enviar as suas candidaturas até 30 de abril de 2024. Mais informações nesta [notícia](#)

Circularidade dos produtos de construção: Conselho e Parlamento alcançam acordo provisório

O Conselho e o Parlamento Europeu [alcançaram](#) um acordo provisório sobre o Regulamento Produtos de Construção (RPC), que acelerará a transição ecológica e digital no setor da construção. O regulamento estabelece regras harmonizadas a nível da UE para os produtos de construção e eliminará os obstáculos à sua livre circulação no mercado, reduzirá os encargos administrativos (através de

soluções digitais) e garantirá a conformidade destes produtos com os princípios da economia circular e com as novas tecnologias de construção.

O acordo provisório tem em conta o desenvolvimento de tecnologias, prevê a criação de um passaporte digital dos produtos de construção e estabelece os necessários poderes para a definição de futuros procedimentos aplicáveis aos contratos públicos ecológicos referentes a produtos de construção.



Coesão e Solidariedade Interna

Comissão Europeia adota uma avaliação preliminar parcialmente positiva do pedido de pagamento apresentado por Portugal da terceira e quarta parcelas a título do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

A [avaliação](#) adotada diz respeito aos pedidos de pagamento apresentados por Portugal em outubro de 2023 da terceira e quarta parcelas de subvenção (1,77 mil milhões de euros e 0,82 mil milhões de euros) e da terceira e quarta parcelas de empréstimo (0,36 mil milhões de euros e 0,22 mil milhões de euros). Esta avaliação abrange os 47 marcos e metas determinados no quadro da Decisão de Execução do Conselho relativamente à terceira e quarta parcelas.

Coesão: eurodeputados apelam a uma transição justa para as regiões da UE dependentes do setor automóvel

O Parlamento Europeu [quer](#) que a política de coesão pós 2027 se concentre nas regiões dependentes de setores em grande transformação, como a indústria automóvel. Na terça-feira, os eurodeputados aprovaram, com 548 votos a favor, 33 contra e 18 abstenções, um relatório de iniciativa sobre a necessidade de uma política de coesão pós-2027, pronta para apoiar as regiões mais afetadas pela transição verde e digital.

Os eurodeputados insistem que o Fundo de Transição Justa deve ser reforçado e melhor financiado para apoiar as regiões dependentes da indústria automóvel e do fornecimento de peças e serviços após 2027. A política de coesão precisa de ser atualizada para incluir objetivos políticos específicos relacionados com a transição industrial e estar preparada para ajudar com medidas específicas todas as regiões dependentes de setores que estão a sofrer uma grande transformação em resultado da dupla transição verde e digital. Os eurodeputados querem que a Comissão alargue os programas *ExchangeEU* e *TARGET*, que prestam assistência técnica para uma transição energética verde para o setor automóvel, a fim de promover o intercâmbio de experiências e resultados.



Cultura e Comunicação

2,6% das despesas dos agregados familiares consagradas à cultura em 2020

Em 2020, as famílias da UE [gastaram](#), em média, cerca de 2,6% da sua despesa total em bens e serviços culturais. A percentagem das despesas relacionadas com a cultura no total das despesas de consumo das famílias variou consideravelmente entre os países da UE. São vários os fatores que podem influenciar esta percentagem, incluindo o rendimento das famílias, os níveis de preços, a facilidade de acesso a espaços culturais, as políticas culturais nacionais e os hábitos.

Em 2020, 8 países registaram uma percentagem de despesas culturais no orçamento total das famílias superior à média da UE, com base nos 22 países da UE com dados disponíveis. As percentagens mais elevadas do orçamento familiar gastas em atividades culturais registaram-se na Dinamarca (3,9%), na Alemanha (3,7%) e na Áustria (3,5%).



Defesa e Segurança

Política Comum de Segurança e Defesa: Conselho aprova conclusões

O Conselho [aprovou](#) as suas conclusões sobre a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) civil, sublinhando o valor acrescentado das missões civis da PCSD no atual ambiente geoestratégico, tal como confirmado pelo estabelecimento de três novas missões na Arménia, na Moldávia e no Golfo da Guiné em 2023.

O Conselho congratula-se com os primeiros passos dados no sentido de reforçar a eficácia da PCSD civil, em consonância com o Pacto para a PCSD Civil de 2023, bem como com a criação de um Processo de Desenvolvimento de Capacidades Civis (PDCC) em 2024. Está prevista a realização de uma primeira conferência anual sobre as capacidades civis no âmbito do PCDP no primeiro semestre de 2024.

As conclusões destacam o trabalho essencial realizado pela EUAM Ucrânia em apoio à reforma do setor da segurança ucraniano, à gestão integrada das fronteiras, bem como os esforços envidados no domínio da investigação e repressão de crimes internacionais e ao restabelecimento do Estado de direito nos territórios libertados e adjacentes, na sequência da adaptação do mandato da missão em resposta à guerra de agressão da Rússia. O Conselho reitera igualmente a importância do trabalho realizado pela Missão de Parceria da União Europeia na República da Moldávia e pela Missão da UE na Arménia.

Golfo da Guiné: Conselho lança Iniciativa da UE em matéria de Segurança e Defesa

O Conselho [adotou](#) uma decisão pela qual é lançada a **Iniciativa da UE em matéria de Segurança e Defesa em apoio aos países da África Ocidental do Golfo da Guiné**, por um período inicial de dois anos, e aprovou os planos de operação e de missão para os pilares civil e militar da iniciativa, respetivamente. Esta iniciativa ajudará a **Costa do Marfim**, o **Gana**, o **Togo** e o **Benim** a desenvolverem a **capacidade** das suas **forças de segurança e defesa** para conter e dar resposta à pressão exercida pelos grupos armados terroristas nas suas regiões setentrionais, a fim de restabelecer um ambiente seguro conducente à estabilização e ao desenvolvimento.

Além disso, esta iniciativa promoverá o Estado de direito e a boa governação nos setores da segurança, bem como o **reforço da confiança entre a sociedade civil e as forças de segurança e defesa**. Mobilizará **equipas de formação móveis, peritos convidados e equipas de resposta a situações de crise** e dará execução a **projetos civis e militares** nos quatro Estados costeiros de forma flexível e modular, de acordo com o necessário para atingir o seu objetivo estratégico.

Esta iniciativa orientar-se-á para a procura, será flexível e baseada no princípio da apropriação nacional, estando também de acordo com a **abordagem integrada da UE para a região**. Será complementar das medidas de assistência no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz e de projetos relacionados com a segurança e facilitará a execução de tais medidas, sendo coordenada com as iniciativas bilaterais dos Estados-Membros no domínio da segurança e da defesa nos referidos quatro Estados costeiros.

Em 3 de agosto de 2023, o Conselho adotou a Decisão (PESC) 2023/1599 que cria a Iniciativa da União Europeia em matéria de Segurança e Defesa na República do Gana e na República do Benim. **Em 25 de setembro de 2023**, o Conselho adotou a Decisão (PESC) 2023/2066 que altera a Decisão (PESC) 2023/1599, estabelecendo a Iniciativa da UE em matéria de Segurança e Defesa também na República da Costa do Marfim e na República do Togo.



Economia e Mercado

Acordo entre o Conselho e o Parlamento Europeu torna as regras de responsabilidade da UE adequadas à era digital e à economia circular

Os negociadores da Presidência espanhola do Conselho e do Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo político sobre uma nova lei da UE em matéria de responsabilidade por produtos defeituosos. A legislação atualizará o atual manual de responsabilidade civil, que tem décadas, a fim de melhor ter em conta que hoje em dia muitos produtos têm características digitais e que a economia está a tornar-se cada vez mais circular.

Combate ao branqueamento de capitais: Conselho e Parlamento acordam em criar uma autoridade

O Conselho e o Parlamento chegaram a um acordo provisório sobre a criação de uma nova Autoridade Europeia para o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (ACBC) – o elemento central do [pacote](#) em matéria de combate ao branqueamento de capitais, que visa proteger os cidadãos da UE e o sistema financeiro da UE contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo. A ACBC terá poderes de supervisão direta e indireta sobre as entidades obrigadas de alto risco no setor financeiro. Este acordo não contempla a decisão sobre a localização da sede da agência, uma questão que continua a ser debatida numa linha à parte.

Diligência devida em matéria de sustentabilidade das empresas: Conselho e Parlamento chegam a acordo para proteger o ambiente e os direitos humanos

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre a Diretiva relativa ao dever de diligência em matéria de sustentabilidade das empresas, que visa reforçar a proteção do ambiente e dos direitos humanos na UE e a nível mundial. A diretiva relativa ao dever de diligência estabelecerá obrigações para as grandes empresas no que diz respeito aos impactos adversos reais e potenciais sobre os direitos humanos e o ambiente, no que se refere às suas próprias operações, às das suas filiais e às realizadas pelos seus parceiros comerciais.

Grandes empresas geraram metade do volume de negócios líquido da UE

Em 2022, a UE [tinha](#) 32 milhões de empresas, empregando 160 milhões de pessoas com um volume de negócios líquido de 38 biliões de euros. A grande maioria, 99 % (31,7 milhões de empresas), eram micro e pequenas empresas que empregavam, cada uma, até 49 pessoas. Em conjunto, as micro e pequenas empresas empregavam quase metade de todas as pessoas empregadas em empresas (49%; 78,8 milhões de pessoas). Geraram 12,2 biliões de euros de volume de negócios líquido, representando 32% do volume de negócios líquido total. As empresas de média dimensão (50-249 pessoas empregadas) representavam uma pequena parte do número total de empresas (0,8%; 247 000 empresas) e empregavam 15% das pessoas (24,6 milhões de pessoas). Estas empresas registaram aproximadamente um quinto do volume de negócios líquido (6,8 biliões de euros; 18%). Embora as grandes empresas (mais de 249 pessoas empregadas) representassem apenas 0,2% do número total de empresas (53 000 empresas), empregavam mais de um terço da mão de obra (56,5 milhões de pessoas, 35%) e geravam metade (50%) do volume de negócios líquido (19,2 biliões de euros).

A indústria teve o maior volume de negócios, gerando um terço do volume de negócios em 2022 (13,5 biliões de euros, 35% do volume de negócios líquido total). Com apenas 8% do número total de empresas (2,4 milhões), empregava cerca de um quinto da mão de obra das empresas (33,1 milhões de pessoas, 21% do número total de pessoas empregadas). O comércio representava 18% do total das empresas (5,8 milhões). Empregava 19% das pessoas (29,8 milhões) e gerava 29% (11,2 biliões de euros) do volume de negócios total. A construção representava 12% (3,8 milhões) do número total de empresas, mas apenas 6% (2,1 biliões de euros) do volume de

negócios total. Este sector tinha 13,7 milhões de pessoas empregadas (9%). Outros serviços, incluindo empresas que trabalham numa variedade de serviços - desde transportes e armazenamento a atividades de alojamento e restauração, educação, saúde humana e atividades de ação social e artes, entretenimento e recreação - foram os mais numerosos. Representavam 62% do número total de empresas (19,9 milhões de empresas), mais de metade do emprego total (83,3 milhões, 52%) e quase um terço do volume de negócios líquido (11,4 biliões de euros, 30%).

“É altura de a UE corrigir as falhas na análise do investimento direto estrangeiro”, segundo o TCE

Há ângulos mortos na análise dos possíveis perigos do investimento direto estrangeiro (IDE) na União Europeia, que prejudicam a eficácia e a eficiência da deteção, avaliação e redução dos riscos para a segurança e a ordem pública em toda a UE. Esta é a conclusão de um [novo relatório](#) do Tribunal de Contas Europeu (TCE). O quadro de análise foi definido há pouco tempo e é um passo positivo, pois permite detetar potenciais ameaças à segurança ou à ordem pública na União. Contudo, uma grande parte do IDE realizada entre 2020 e 2022 não foi analisada nem comunicada à UE. Isto sucedeu por vários motivos, em especial porque alguns países não tinham um mecanismo de análise ou porque, quando o tinham, não definiram os mesmos setores críticos ou fizeram uma interpretação diferente de ideias essenciais das regras da UE aprovadas em 2020.

A abertura ao IDE é um princípio fundamental do mercado único da UE e o investimento estrangeiro pode ajudar o crescimento e a inovação nos países onde é feito. Porém, o investimento em elementos estratégicos que são vitais para a segurança e a ordem pública na UE (como portos, centrais nucleares, semicondutores ou circuitos integrados de dupla utilização) traz, por vezes, o risco de controlo indesejado por investidores de países fora da UE. E estes podem estar envolvidos em atividades criminosas ou ser controlados por governos ou forças armadas estrangeiras. Este risco pode aumentar se os países da UE não coordenarem esforços entre si.



Emprego e Demografia

UE ajuda regiões a reterem os seus talentos: Região Norte, Açores e Madeira podem candidatar-se

A Comissão Europeia [vai](#) prestar assistência técnica a 10 regiões da UE para as ajudar a **atrair, reter e desenvolver talentos**. Para selecionar estas regiões, a Comissão lançou um **convite à manifestação de interesse** destinado às regiões que se confrontam atualmente com a partida da população mais jovem.

Dado que são vários os Estados-Membros que continuam a enfrentar estes desafios, este convite agora lançado visa 36 regiões de 11 Estados-Membros (Finlândia, França, Grécia, Itália, Letónia, Lituânia, Polónia, **Portugal**, Roménia, Eslováquia e Espanha) que registam uma emigração significativa de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 39 anos. Em Portugal, as regiões contempladas são a Região Norte e as Regiões Autónomas dos **Açores** e da Madeira. O **prazo** para a apresentação das candidaturas é o dia **7 de fevereiro de 2024**. O apoio e aconselhamento será atribuído a um máximo de 10 regiões. Mais informações sobre o convite à manifestação de interesse neste [sítio Web](#).

Mais de 30 milhões de empregos em 2021 graças às exportações extracomunitárias

Em 2021, o emprego de 30,4 milhões de pessoas na UE [foi](#) apoiado por exportações para países terceiros, um ligeiro aumento em relação aos 29,9 milhões registados em 2020 (+1,7%). Em termos relativos, o emprego apoiado pelas exportações representou 15% do emprego total na UE (210 milhões), o equivalente a pouco mais de 1 em cada 7 pessoas empregadas na UE. A Alemanha foi o país da UE com o nível absoluto mais elevado de emprego apoiado pelas exportações da UE. Em 2021, o emprego de 6,9 milhões de pessoas na Alemanha foi apoiado por exportações da UE, incluindo da própria Alemanha. A França e a Itália (ambas com 3,4 milhões de pessoas) registaram os níveis mais elevados de emprego apoiado pelas exportações. No entanto, em termos relativos, a percentagem mais elevada de emprego apoiado por exportações para países não pertencentes à UE foi registada na Irlanda (27%), seguida do Luxemburgo (25%) e da Bulgária (23%).

Direitos dos trabalhadores das plataformas digitais: Conselho e Parlamento chegam a acordo

O Conselho e o Parlamento Europeu alcançaram um acordo provisório sobre uma proposta de diretiva destinada a melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores das plataformas digitais. Se for confirmado por ambas as instituições para depois passar pelo procedimento formal de adoção, o acordo alcançado ajudará milhões destes trabalhadores a aceder aos direitos laborais. A diretiva [introduz](#) duas melhorias fundamentais: ajuda a determinar o estatuto profissional correto das pessoas que trabalham nas plataformas digitais e estabelece as primeiras regras da UE relativas à utilização de sistemas de algoritmos no local de trabalho.



Energia

Comissão aprova regime português de auxílios estatais para apoiar produção de hidrogénio e biometano a fim de promover transição para economia de impacto zero

A Comissão Europeia [aprovou](#) um regime português no valor de **140 milhões de euros** para apoiar a **produção de hidrogénio renovável e de biometano**, a fim de promover a transição para uma economia com impacto zero, em consonância com o [Plano Industrial do Pacto Ecológico](#). O regime foi aprovado ao abrigo do [Quadro Temporário de Crise e Transição relativo a Medidas de Auxílio](#)

[Estatal](#), adotado pela Comissão em [9 de março de 2023](#) e alterado em [20 de novembro de 2023](#), para apoiar medidas em setores fundamentais a fim de acelerar a transição ecológica e reduzir as dependências em relação aos combustíveis.

No âmbito do regime, o auxílio assumirá a forma de um **prémio variável ao abrigo de um contrato por diferenças bidirecional** celebrado por um período de 10 anos. O auxílio é concedido através de um procedimento de concurso em que os produtores de hidrogénio renovável e os produtores de biometano concorrem separadamente. A Comissão concluiu que o regime português está em conformidade com as condições estabelecidas no Quadro Temporário de Crise e Transição.

Em especial, o auxílio i) será concedido com base num regime com uma capacidade estimada do volume e do orçamento; II) assumirá a forma de um contrato por diferenças bidirecional e iii) será concedido até 31 de dezembro de 2025. Mais informações neste [sítio Web](#) sobre o Quadro Temporário de Crise e Transição e outras medidas tomadas pela Comissão para fazer face ao impacto económico da guerra da Rússia contra a Ucrânia e promover a transição para uma economia com impacto zero. A versão não confidencial da decisão estará disponível com o número SA.109042 no [Registo dos auxílios estatais](#) no sítio Web da [DG Concorrência](#) da Comissão, uma vez resolvidas as eventuais questões de confidencialidade.

Reforma da configuração do mercado da eletricidade: Conselho e Parlamento chegam a acordo

O Conselho e o Parlamento [chegaram](#) a um acordo provisório para reformar a **configuração do mercado da eletricidade da UE**. A reforma visa **tornar os preços da eletricidade menos dependentes da volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis**, proteger os consumidores das subidas acentuadas de preços, acelerar a implantação das energias renováveis e melhorar a proteção dos consumidores.

O Conselho e o Parlamento acordaram em dar aos Estados-Membros a possibilidade de apoiarem exclusivamente a aquisição de nova produção de energias renováveis, sempre que as condições o permitam e em consonância com os planos de descarbonização dos Estados-Membros. Em relação aos contratos normalizados facultativos, ambas as instituições acordaram em manter o seu carácter voluntário para os Estados-Membros. O acordo provisório prevê igualmente que a Agência da União Europeia de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER) proceda a uma avaliação do mercado dos CAE com base nas informações da base de dados prevista no Regulamento REMIT.

Comissão aprova um auxílio estatal de 2,6 mil milhões de euros a favor da RWE para o encerramento antecipado de centrais elétricas alimentadas a lenhite na Alemanha

A Comissão Europeia [considerou](#) que uma medida de apoio alemã no valor de 2,6 mil milhões de euros a favor da *RWE Power AG* ("RWE") está em conformidade com as regras comunitárias em matéria de auxílios estatais. O auxílio compensará a RWE pelo encerramento antecipado das suas centrais elétricas alimentadas a lenhite na zona mineira do Reno.

De acordo com a lei alemã relativa à eliminação progressiva do carvão, a utilização do carvão para a produção de eletricidade terá de ser gradualmente eliminada até 2038. A Alemanha decidiu celebrar acordos com os principais produtores de eletricidade a partir de lenhite, a RWE e a Lausitz Energie Kraftwerke AG ("LEAG"), para incentivar o encerramento antecipado das centrais elétricas a lenhite. Em 2021, notificou a Comissão do seu plano para compensar estes operadores com 4,35 mil milhões de EUR: 2,6 mil milhões de EUR foram reservados para as instalações de lenhite da RWE localizadas na Renânia e 1,75 mil milhões de EUR para as instalações da LEAG em Lausitz.

Em março de 2021, a Comissão deu início a uma investigação aprofundada para avaliar se os planos da Alemanha constituíam um auxílio estatal. Em dezembro de 2022, a Alemanha notificou à Comissão uma alteração ao seu acordo com a RWE, incluindo um método revisto de cálculo dos lucros cessantes da RWE para demonstrar que a compensação de 2,6 mil milhões de EUR era justificada e proporcional. Em março de 2023, a Comissão alargou o âmbito do seu inquérito aprofundado em curso para abranger os novos elementos notificados pela Alemanha.



Estado de Direito

Avaliação do diálogo do Conselho sobre o Estado de direito – conclusões da Presidência

O Conselho procedeu à análise do seu diálogo anual sobre o Estado de direito e debateu conclusões sobre o assunto. Não tendo havido consenso sobre o texto, a Presidência do Conselho decidiu emitir conclusões da Presidência. Concluiu que 25 delegações apoiaram o texto ou não levantaram objeções. As [conclusões](#) consolidam a atual abordagem do diálogo anual do Conselho sobre o Estado de direito enquanto instrumento preventivo valioso do conjunto de instrumentos da UE no domínio do Estado de direito. O diálogo permitiu um intercâmbio aberto de observações e boas práticas com base no relatório anual da Comissão sobre o Estado de direito, assegurando simultaneamente a objetividade, a não discriminação e a igualdade de tratamento de todos os Estados-Membros.

Dia dos Direitos Humanos: declaração do alto representante Josep Borrell, em nome da União Europeia

No Dia dos Direitos Humanos, a União Europeia [juntou-se](#) ao resto do mundo para celebrar o 75.º aniversário da adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este documento histórico lançou as bases do sistema mundial de direitos humanos, bem como das leis nacionais e dos tratados internacionais que os protegem e promovem, incluindo a Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Continua a ser tão válida e importante hoje como há 75 anos.

Os direitos humanos transcendem as fronteiras e as culturas. São inerentes a cada ser humano, sem qualquer tipo de distinção. Muito embora, ao longo dos últimos 75 anos, tenham sido alcançados progressos substanciais, as crises continuam a multiplicar-se e, com demasiada frequência, são as mulheres, as crianças e as pessoas em situações vulneráveis que mais sofrem as consequências das guerras e dos conflitos.

O respeito, a proteção e o cumprimento dos direitos humanos são essenciais para promover a justiça e a responsabilização, bem como para pôr termo à impunidade. O respeito universal dos direitos humanos é um dos valores e princípios fundadores da UE; é, também, uma prioridade fundamental da ação externa da UE, na qual estamos firmemente empenhados. A UE continuará a condenar as violações e abusos dos direitos humanos, as violações do direito internacional humanitário, a discriminação, a redução do espaço cívico e os ataques contra a democracia e a liberdade dos meios de comunicação social, onde quer que ocorram.

UE dá passo importante para a digitalização dos sistemas judiciais

O Conselho [preparou](#) o caminho para fazer avançar a digitalização dos sistemas judiciais dos Estados-Membros da UE e para os tornar mais acessíveis e eficazes. A adoção de um regulamento relativo à digitalização da cooperação judiciária transfronteiras e ao acesso à justiça e de uma diretiva de acompanhamento facilitará a comunicação eletrónica no contexto dos procedimentos de cooperação judiciária transfronteiras em matéria civil, comercial e penal.

A adoção ocorre poucos dias depois dos ministros da Justiça da UE terem aprovado uma estratégia de justiça eletrónica para o período de 2024 a 2028. A estratégia dará orientações aos Estados-Membros para a implementação de um vasto leque de iniciativas legislativas e não legislativas que, no seu conjunto, visam acelerar o processo de digitalização e a utilização de serviços digitais no domínio da justiça.

Comissão adota pacote relativo à «Defesa da Democracia»

A Comissão Europeia [adotou](#) um pacote relativo à «**Defesa da Democracia**», na perspetiva das eleições europeias de 2024. O elemento central deste pacote é uma proposta legislativa que irá **reforçar a transparência e a responsabilização democrática** das atividades de representação de interesses em nome de países terceiros que se destinam a influenciar as políticas, a tomada de decisões e o espaço democrático.

O pacote inclui igualmente duas recomendações que visam **promover eleições livres, justas e resilientes** e a **participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil** na elaboração das políticas. O objetivo deste pacote é **combater a ameaça de ingerência estrangeira de forma mais transparente**, incentivando concomitantemente a participação cívica e a participação dos cidadãos nas nossas democracias. Mais informações no [comunicado de imprensa](#), no [documento com perguntas e respostas](#) e na [ficha informativa](#).



Europeias

Eurodeputados propõem sistema de cabeças de lista antes das eleições europeias

Na terça-feira, o Parlamento [aprovou](#) as suas propostas para reforçar a dimensão democrática das eleições de 2024 e para aplicar o sistema de candidatos cabeças de lista. O relatório, aprovado por 365 votos a favor, 178 votos contra e 71 abstenções, apela à adoção de medidas para promover a afluência às urnas nas eleições que terão lugar entre 6 e 9 de junho de 2024, para além do aumento já registado em 2019. O Parlamento centra-se em maximizar o impacto das campanhas eleitorais, no processo pós-eleitoral para a composição da próxima Comissão Europeia e para a eleição do seu presidente, bem como em garantir que todos os cidadãos possam exercer o seu direito de voto.

Os deputados exigem uma ligação clara e credível entre a escolha dos eleitores e a eleição do presidente da Comissão. Segundo os parlamentares, o processo deve depender da obtenção de uma maioria no Parlamento, em conformidade com o Tratado de Lisboa, e os acordos de bastidores no Conselho Europeu devem acabar. Os deputados querem um acordo vinculativo entre o Parlamento e o Conselho Europeu, para garantir que os partidos políticos e os grupos parlamentares europeus iniciem negociações sobre um candidato comum imediatamente após as eleições e antes de o Conselho Europeu apresentar uma proposta.

O candidato cabeça de lista do partido que obtiver o maior número de lugares no Parlamento deve liderar a primeira ronda de negociações, com o presidente do Parlamento a orientar o processo, se necessário. Os deputados esperam igualmente que os partidos políticos europeus e os respetivos grupos parlamentares adotem um «acordo legislativo» como forma de obter uma maioria no Parlamento, como base para o programa de trabalho da Comissão e uma garantia, para os eleitores europeus, de um seguimento coerente das eleições.



Igualdade de género, LGBTQI, Inclusão social, Migrações, Cidadania

Prémio Sakharov: Parlamento homenageia Mahsa Amini e as manifestantes iranianas

O Parlamento [atribuiu](#) o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento de 2023 a Mahsa Amini e ao Movimento «Mulher, Vida, Liberdade», do Irão, numa cerimónia realizada em 12 de dezembro. Os laureados foram representados por Saleh Nikbakht, académico

e advogado que representa a família de Mahsa Amini, e Afsoon Najafi e Mersedeh Shahinkar, defensores dos direitos das mulheres iranianas que deixaram o Irão em 2023.

Na abertura da cerimónia de entrega dos prémios, a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, declarou: «Este ano, o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento, atribuído a Jina Masha Amini e ao Movimento Mulher, Vida, Liberdade, presta homenagem a todas as mulheres, homens e jovens corajosos e defensores do Irão, que depois de sofrerem pressões crescentes continuam a lutar pelos seus direitos e a pressionar pela mudança. O Parlamento Europeu ouviu-os e apoia-os. Não estão sozinhos».

Mahsa Amini, uma mulher curdo-iraniana de 22 anos, foi detida pela polícia em Teerão, em 13 de setembro de 2022, por alegadamente ter ignorado as rigorosas leis iranianas sobre o uso do véu. Durante a detenção, foi vítima de abusos físicos e acabou por morrer no hospital, três dias depois. A sua morte deu origem a grandes protestos de mulheres em todo o país. Desde esse dia que, sob o lema «Mulher, Vida, Liberdade», as mulheres têm protestado contra as regras do hijabe e outras leis discriminatórias. Os pais e o irmão de Jina Mahsa Amini foram detidos no aeroporto de Teerão pelas autoridades iranianas e os seus passaportes confiscados, a 8 de dezembro de 2023, quando estavam a caminho de França para receber o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento de 2023. Estão agora proibidos de viajar. No sábado, a presidente do Parlamento Europeu pediu que o [regime iraniano revertesse a decisão](#).

Reconhecimento da filiação: crianças devem gozar de direitos iguais na UE

O Parlamento [apoiou](#) o reconhecimento da filiação em toda a UE, independentemente da forma como uma criança foi concebida, nascida ou do tipo de família que tem. A proposta de lei visa garantir que quando a filiação for estabelecida por um país da UE será reconhecida pelos restantes Estados-Membros. O objetivo é assegurar que as crianças gozem dos mesmos direitos ao abrigo da legislação nacional no que respeita à educação, cuidados de saúde, guarda ou sucessão.

Normas aplicáveis aos organismos de promoção da igualdade: Conselho chega a acordo com o Parlamento

A Presidência do Conselho da UE chegou a um acordo provisório com o Parlamento Europeu sobre um novo ato legislativo para ajudar a prevenir, no local de trabalho, a discriminação em razão do sexo, reforçando a independência e o funcionamento dos organismos da UE de promoção da igualdade. A diretiva [acordada](#) estabelecerá normas vinculativas para os organismos de promoção da igualdade que se ocupam da igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres nos domínios do emprego e da atividade profissional.



Comissão Europeia distingue vencedores da terceira edição do Prémio de Segurança dos Produtos

A Comissão Europeia [anunciou](#) os vencedores do Prémio de Segurança dos Produtos de 2023. O prémio incentiva e distingue as iniciativas empresariais e a investigação inovadoras que melhoram a segurança dos consumidores para lá dos requisitos legais. As práticas das iniciativas de seis empresas e de quatro projetos de investigação foram celebradas pelo seu contributo excecional para a segurança dos consumidores.

A edição deste ano do prémio apelou à candidatura de PME e empresas de maior dimensão, bem como de investigadores em início de carreira e investigadores seniores. O concurso destinado às empresas centrou-se em iniciativas para reforçar a segurança dos jovens. Os investigadores de qualquer disciplina cujo trabalho contribua para melhorar a segurança dos produtos foram igualmente convidados a candidatar-se.

De dois em dois anos, o Prémio de Segurança dos Produtos da UE promove iniciativas empresariais inovadoras que fazem um esforço adicional em prol dos consumidores, aumentando assim o nível de proteção em toda a Europa. Em 2023, para a terceira edição, o prémio também distinguiu investigadores que trabalham no domínio da segurança dos produtos de consumo. O concurso foi aberto a empresas e investigadores dos Estados-Membros da UE, da Islândia, do Listenstaine e da Noruega. Candidataram-se ao prémio pequenas e grandes empresas e investigadores de 12 países europeus. Na sequência de uma análise preliminar, um painel de peritos em segurança selecionou os finalistas de cada categoria. As empresas selecionadas foram depois analisadas com base em critérios internacionalmente reconhecidos de responsabilidade social das empresas. O prémio proporciona aos vencedores um reconhecimento generalizado e promove-os como paladinos da segurança dos produtos. As empresas vencedoras podem utilizar o logótipo do prémio nas suas atividades promocionais. Os investigadores terão a oportunidade de apresentar o seu trabalho na iniciativa emblemática [Semana Internacional da Segurança dos Produtos](#).

Matérias-primas críticas: garantir o abastecimento e a soberania da UE

Na terça-feira, o Parlamento Europeu [deu](#) luz verde aos projetos para reforçar o aprovisionamento da União Europeia de matérias-primas estratégicas. O Regulamento Europeu Matérias-Primas Críticas foi concebido para tornar a UE mais competitiva e soberana, reduzindo a burocracia, promovendo a inovação ao longo de toda a cadeia de valor e apoiando as PME. Visa igualmente dar impulso à investigação, ao desenvolvimento de materiais alternativos e métodos de exploração mineira e de produção mais respeitadores do ambiente.

A legislação irá criar incentivos económicos e um quadro empresarial mais estável e seguro para a implantação de projetos de exploração mineira e de reciclagem, com procedimentos de autorização mais rápidos e simples.

Durante as negociações sobre esta legislação com o Conselho, os eurodeputados defenderam um maior ênfase na produção e na expansão de materiais suscetíveis de substituir matérias-primas estratégicas. Garantiram a definição de metas para promover a extração de matérias-primas mais estratégicas a partir de resíduos. Os eurodeputados insistiram também na necessidade de reduzir a burocracia para as empresas, em especial para as PME.



Instituições

Conclusões do Conselho Europeu de 14 e 15 de dezembro 2023

As conclusões das reuniões dos Chefes de Estado e de Governo da União Europeia de dezembro podem ser consultadas na íntegra na seguinte [ligação](#).

Conclusões do Conselho Europeu sobre a Ucrânia, o alargamento e as reformas

O Conselho Europeu [decidiu](#) abrir as negociações de adesão com a Ucrânia e com a República da Moldávia. Recordando a Declaração de Granada, o Conselho Europeu sublinha que o alargamento é um investimento geoestratégico na paz, na segurança, na estabilidade e na prosperidade. É um motor da melhoria das condições económicas e sociais dos cidadãos europeus, reduzindo as disparidades entre os países, e tem de promover os valores em que se funda a União. Na perspetiva de uma União ainda mais alargada, tanto os futuros Estados-Membros como a UE têm de estar preparados no momento da adesão. Os trabalhos em ambas as frentes deverão avançar em paralelo. Os países que aspiram à adesão têm de intensificar os seus esforços de reforma, nomeadamente no domínio do Estado de direito, em consonância com a natureza do processo de adesão baseada no mérito e com a assistência da UE. Paralelamente, a União tem de levar a cabo o trabalho de base necessário a nível interno, bem como as reformas necessárias, definindo as ambições da UE a longo prazo e formas de as alcançar, e abordando questões fundamentais relacionadas com as suas prioridades e políticas, bem como com a sua capacidade de agir. Assim, a UE tornar-se-á mais forte e a soberania europeia sairá reforçada.

O Conselho Europeu reitera a sua firme condenação da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, que constitui uma violação manifesta da Carta das Nações Unidas, e reafirma o apoio inabalável da União Europeia à independência, à soberania e à integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, bem como ao direito inerente de legítima defesa da Ucrânia contra a agressão russa.

O Conselho Europeu convida o Conselho a intensificar os trabalhos relativos à reforma do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz e a um novo aumento do seu financiamento, com base na proposta do alto representante. A União Europeia e os seus Estados-Membros continuam empenhados em contribuir, a longo prazo e em conjunto com os parceiros, para os compromissos em matéria de segurança para com a Ucrânia, o que ajudará o país a defender-se, a resistir a esforços de desestabilização e a dissuadir futuros atos de agressão. Na sequência das informações prestadas pelo alto representante, o Conselho Europeu debateu os futuros compromissos da UE em matéria de segurança para com a Ucrânia. O Conselho Europeu convida o alto representante e os Estados-Membros a levarem por diante os trabalhos no Conselho. O Conselho Europeu continuará a ocupar-se desta questão.

Quadro de negociação do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027

A revisão do QFP [visa](#) o apoio à Ucrânia, migração e dimensão externa (rubricas 4 e 6), Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa, pagamentos de juros no âmbito do Instrumento de Recuperação da União Europeia, Instrumentos especiais, novos recursos próprios e elementos que reduzem o impacto nos orçamentos nacionais. O documento é apoiado firmemente por 26 chefes de Estado ou de Governo.

O Conselho Europeu sublinha a necessidade de assegurar, juntamente com os parceiros, um apoio financeiro estável, previsível e sustentável à Ucrânia para o período 2024-2027. A fim de contribuir para a recuperação, a reconstrução e a modernização do país, promover a coesão social e a integração progressiva na União, com vista a uma eventual futura adesão à União, será criado um Mecanismo para a Ucrânia para o período 2024-2027.

Tribunal de Contas: Parlamento Europeu valida candidato português João Leão

O Parlamento [aprovou](#) a candidatura de João Leão, nomeado por Portugal para o Tribunal de Contas Europeu. Também o candidato da Suécia, Hans Lindblad, foi validado pelos eurodeputados. O candidato português João Leão foi apoiado, esta terça-feira, por 328 votos a favor, 67 contra e 198 abstenções, enquanto o candidato sueco Hans Lindblad recebeu 498 votos a favor, 15 contra e 74 abstenções.

João Leão é professor de Economia e Finanças Públicas e vice-reitor no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Foi ministro das Finanças entre 2020 e 2022, depois de ter exercido funções como secretário de Estado do Orçamento entre 2015 e 2020. João Leão é doutorado em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology. Hans Lindblad é atualmente presidente da Comissão da Produtividade do Governo sueco. Foi diretor-geral do Gabinete Nacional da Dívida da Suécia de 2013 a 2022 e presidente do Grupo de Peritos para a Economia Pública de 2013 a 2020. É doutorado em Economia pela Universidade de Estocolmo. Os dois candidatos foram questionados e validados pela Comissão do Controlo Orçamental, que realizou [audições com ambos a 29 de novembro](#).



Crescimento do investimento em I&D das empresas da UE duplicou em 2022

A indústria europeia [aumentou](#) significativamente o seu investimento em investigação e desenvolvimento em 2022, de acordo com a edição de 2023 do Painel da UE sobre o [Investimento na Investigação e Desenvolvimento \(I&D\) Industriais](#). O crescimento do investimento privado em I&D na UE atingiu a taxa mais elevada desde 2015 e mais do que duplicou em relação ao ano de 2021, com um aumento de 13,6 % em 2022. Em comparação, as taxas de crescimento na China, que eram superiores a 25 %, sofreram uma redução para quase 16 %, enquanto as taxas de crescimento das empresas norte-americanas passaram de 16 % para 12,6 %.

Os 2 500 maiores investidores mundiais em I&D que constam do painel de avaliação estabeleceram um novo recorde de investimento total em I&D, atingindo quase 1 250 mil milhões de EUR, ou seja, mais 141 mil milhões de EUR do que em 2021. Em termos globais, as empresas norte-americanas são responsáveis por mais de 42 % do investimento em I&D entre os 2 500 maiores investidores empresariais em I&D, enquanto a UE e a China são concorrentes próximos para ocupar o segundo lugar (com 17,5 % e 17,8 %, respetivamente).

Os produtores de tecnologias da informação e comunicação (TIC), os serviços TIC, a saúde e o setor automóvel são responsáveis por mais de três quartos do investimento em I&D das empresas que constam do painel de avaliação. Mais de um terço das empresas pertence aos setores dos produtores de TIC e dos serviços TIC e representa 43 % do investimento mundial em I&D, o que reflete a importância crescente da digitalização. Embora os produtores de TIC constituam o maior setor de investimento, o setor dos serviços TIC tem registado o crescimento mais rápido da última década.

A saúde representa mais de um quinto do investimento mundial em I&D e é o setor com o maior número de empresas entre os maiores investidores mundiais em I&D. O setor da saúde cresceu de forma significativa nos últimos anos, impulsionado principalmente por novas empresas biotecnológicas provenientes sobretudo dos EUA. O investimento das empresas farmacêuticas da UE cresceu a um ritmo semelhante ao das empresas norte-americanas, mas o seu nível de investimento em I&D corresponde a cerca de metade do das empresas dos EUA. A UE continua a liderar os investimentos em I&D no âmbito do setor automóvel (42,2 %) a nível mundial. Seguem-se o Japão e os EUA (ambos com 19,5 %) e a China (com 12,8 %), cujas empresas do setor automóvel registadas nesta classificação duplicaram na última década. Do ponto de vista tecnológico, a UE assume a liderança em matéria de patentes ecológicas de elevado valor (68 %) e de tecnologias de transporte não poluentes (29 %), seguindo-se o Japão e os EUA (com 27 %, respetivamente).



Conselho aprova possibilidades de pesca para 2024 nas águas da UE e dos países terceiros

Após três dias de negociações, os ministros das Pescas da União Europeia [chegaram](#) a acordo sobre as possibilidades de pesca no Atlântico, no mar do Norte, no Mediterrâneo e no mar Negro para 2024. O acordo político alcançado pelo Conselho está em consonância com o objetivo de assegurar a sustentabilidade a longo prazo das unidades populacionais de peixes, protegendo simultaneamente os meios de subsistência das comunidades que dependem da pesca.

Para o Atlântico e o Mar do Norte, no caso de oito unidades populacionais de peixes, a decisão também diz respeito a limites de captura para 2025 e, em dois casos, também para 2026. Estes limites são conhecidos como "totais admissíveis de capturas (TAC) plurianuais". A decisão baseia-se nos pareceres plurianuais do Conselho Internacional de Exploração do Mar (CIEM). O objetivo desta abordagem plurianual é assegurar a previsibilidade e a estabilidade do setor e tornar o processo de decisão mais eficiente.

Globalmente, o acordo político alcançado pelo Conselho inclui limites de captura, também conhecidos como "totais admissíveis de capturas" (TAC), para mais de 200 unidades populacionais de peixes comerciais. O acordo político baseia-se em propostas elaboradas pela Comissão e tem em conta os melhores pareceres científicos disponíveis, respeitando simultaneamente os objetivos da política comum das pescas (PCP) e os planos plurianuais da UE para várias bacias marítimas.

Atlântico e Mar do Norte: na sequência de pareceres científicos positivos e da melhoria do estado das unidades populacionais, os ministros acordaram em aumentar os limites de captura para as seguintes unidades populacionais: areeiros (11%) e tamboril (7%) nas águas ibéricas; solha no Kattegat (19%); pescada no sul do golfo da Biscaia, nas águas ibéricas e nas águas em torno dos Açores (10%); carapau nas águas ibéricas (5%).

Para salvaguardar as unidades populacionais na sequência de pareceres científicos e encontrar um equilíbrio com as implicações socioeconómicas, os ministros acordaram em reduzir os limites de captura para: badejo no Golfo da Biscaia em 41%; solha nas águas ibéricas em 20%; 20 % para o lagostim nas águas portuguesas e nos Açores; linguado nas zonas 8c-e, 9 e 10 em 17%. Dado que a enguia europeia continua em estado crítico, o Conselho decidiu manter o período de defeso de seis meses para todas as atividades comerciais de pesca da enguia, com algumas isenções, e proibir a pesca recreativa. Os regulamentos serão finalizados pelos juristas e linguistas do Conselho, após o que serão formalmente adotados pelo Conselho e publicados no Jornal Oficial. As disposições serão aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2024.

Portugal aumenta quota na pesca do carapau, pescada, tamboril e outras espécies

Portugal [obteve](#) um considerável aumento das quotas de pesca, em várias espécies, no Conselho Agricultura e Pescas. Destacam-se os aumentos das quotas das seguintes espécies: **Pescada (+12%)** - quota portuguesa passa de 4.645 toneladas (2023) para 5.096 toneladas (2024); **Tamboril (+7%)** - quota portuguesa passa de 689 toneladas (2023) para 739 toneladas (2024); **Areiro (+11%)** - quota portuguesa passa de 96 toneladas (2023) para 107 toneladas (2024); **Peixe espada preto (+9%)** - quota portuguesa passa de 2.106 toneladas (2023) para 2.300 toneladas (2024); **Carapau (+5%)** - quota portuguesa passa de 117.126 toneladas (2023) para 123.295 toneladas (2024)

A ministra da Agricultura e da Alimentação, Maria do Céu Antunes, considera que o balanço desta negociação é "globalmente positivo para a frota pesqueira portuguesa, no que se refere às quotas de pesca em águas nacionais, pois foram assegurados aumentos significativos. Isto representa um acréscimo de 23 milhões de euros de valor comercial, o que é uma excelente notícia para os nossos pescadores".

A ministra recordou ainda os acordos alcançados nas reuniões das organizações regionais de pesca, nas quais "Portugal conseguiu garantir um aumento da quota de bacalhau, junto à Zona Económica Exclusiva (ZEE) do Canadá, de mais 92% em 2024, o que representa 2.298 toneladas, assim como o **aumento de 25% do atum-voador, especialmente importante para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, que foi reforçado para as 2.453 toneladas**". Já no âmbito das negociações com a Noruega, verificou-se um aumento de quota de 212 toneladas de bacalhau, mais 9% relativamente a 2023, situando-se agora a quota em 2.533 toneladas. Apesar da inflexibilidade da Comissão, que manteve a proposta inicial de redução em 20% no lagostim, foi possível mitigar a proposta de redução de 33% no linguado para 17%, valores que permitem acomodar as descargas da frota portuguesa para ambas as espécies.

Para a raia curva, além da manutenção das 15 toneladas de quota para Portugal, foi possível assegurar uma quota científica comercial de 50 toneladas para este stock, perfazendo um total de 65 toneladas/ano. Salienta-se que, pela primeira vez, desde 2015, foi possível obter esta quota científica, que se afigura essencial para poder estudar, com rigor, o estado do recurso, agora que está disponível a nova aplicação de recolha de informação pelos pescadores sobre as capturas e respetiva localização.



Mobilidade

Bloqueio geográfico: Parlamento quer rever regras e eliminar últimos obstáculos

Os eurodeputados [sublinharam](#) a necessidade de reavaliar as regras da UE para prevenir o bloqueio geográfico injustificado, em particular à luz da aceleração da transformação digital e do aumento das compras em linha nos últimos anos. As regras em vigor permitem aos consumidores comprar serviços em linha e aceder a serviços noutros países sem restrições. Para o Parlamento Europeu, as regras da UE para prevenir o bloqueio geográfico injustificado devem ser atualizadas e cumpridas, para reforçar o mercado único e melhor responder às expectativas dos consumidores.

Passageiros aéreos mais do que duplicaram em 2022

Em 2022, o número total de passageiros que viajaram por via aérea na UE foi de 820 milhões, um [aumento](#) substancial de mais do dobro (119%) em comparação com 2021 (374 milhões), após o forte declínio de 73% em 2020 em comparação com 2019 devido às restrições pandémicas. Os dados mostram que, em 2022, todos os países da UE registaram um aumento do número de passageiros transportados por via aérea em comparação com 2021. Estes aumentos variaram entre os países da UE, sendo os maiores registados na Irlanda (+256%), na Eslováquia e na Finlândia (ambos +203%). Os aumentos mais baixos registaram-se em Chipre (+69%), na Bulgária (+74%) e na Grécia (+80%).

Em 2022, os 5 principais aeroportos da UE permaneceram os mesmos que em 2021, mas todos registaram aumentos substanciais. Paris/Charles de Gaulle registou 57,5 milhões de passageiros transportados (+119%), Amesterdão/Schiphol 52,5 milhões de passageiros (+106%), Madrid/Barajas 49,8 milhões (+115%), Frankfurt/Main 48,8 milhões (+97%) e Barcelona/El Prat registou 41,2 milhões (+123%). O aeroporto de Lisboa ocupa o sexto lugar, com 34,6 milhões de passageiros transportados, mas regista o maior aumento entre os 10 primeiros (+184%). Palma de Maiorca (28,5 milhões) caiu para o 10º lugar, com um aumento de 97% em relação a 2021. Paris-Orly registou o menor aumento percentual no número de passageiros transportados em 2022 em comparação com 2021 (+86%).



Saúde

Comissão publica a primeira lista da União de medicamentos críticos da União para fazer face à escassez de medicamentos

A Comissão Europeia [publicou](#) a primeira lista da União de medicamentos críticos, juntamente com a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) e os diretores das agências de medicamentos dos Estados-Membros. A publicação surge na sequência do compromisso assumido pela Comissão, na sua [Comunicação intitulada «Garantir a disponibilidade de medicamentos na UE»](#), de acelerar a elaboração desta lista, que foi inicialmente anunciada na proposta de reforma no domínio farmacêutico da UE. Representa uma parte importante dos esforços da UE, no âmbito da União Europeia da Saúde, com vista a garantir que os doentes dispõem dos

medicamentos de que necessitam, promovendo a segurança do aprovisionamento de medicamentos críticos e evitando a ocorrência de situações de escassez. Reflete igualmente os esforços envidados pela UE no sentido de melhorar a sua resiliência e autonomia estratégica face a desafios geopolíticos e imprevistos.

Um medicamento é classificado como crítico se for essencial para assegurar a prestação e a continuidade de cuidados de saúde de qualidade e para garantir um elevado nível de proteção da saúde pública na Europa. Esta primeira lista da União de medicamentos críticos inclui **mais de 200 substâncias ativas utilizadas em medicamentos para uso humano**, que se consideram ser essenciais para os sistemas de saúde da UE/EEE.

A inclusão nesta lista não indica que se preveja uma situação de escassez de um determinado medicamento num futuro próximo. Pretende-se, em vez disso, reconhecer a **importância crítica de evitar a escassez destes medicamentos específicos**, uma vez que a sua indisponibilidade pode ter graves consequências para os doentes e colocar desafios substanciais aos sistemas de saúde.

A lista foi elaborada juntamente com a EMA e todos os Estados-Membros da UE. Para avaliar a criticidade dos medicamentos, segue-se uma **metodologia rigorosa** inicialmente desenvolvida durante o diálogo estruturado da Comissão sobre a segurança do abastecimento de medicamentos, lançado no âmbito da Estratégia Farmacêutica e realizado em 2021, tendo retirado ensinamentos da pandemia de COVID-19. Foram consultados os principais grupos de partes interessadas, incluindo organizações de doentes e profissionais de saúde e associações industriais.

Eurodeputados pedem estratégia europeia de saúde mental a longo prazo

Os eurodeputados [recomendaram](#) à Comissão dar prioridade à saúde mental, enquanto parte integrante da saúde dos cidadãos, nas políticas europeias e nacionais. O Parlamento aprovou, terça-feira, o seu relatório sobre a saúde mental com 482 votos a favor, 94 votos contra e 32 abstenções. Os eurodeputados apelam à Comissão a elaborar uma estratégia de saúde mental da UE que seja abrangente, integrada e de longo prazo, a partir da [recente comunicação](#). Os Estados-Membros devem desenvolver estratégias nacionais correspondentes com prazos claros, orçamentos adequados, metas e indicadores concretos para acompanhar os progressos realizados.

Os eurodeputados consideram que a saúde mental e o bem-estar são moldados por uma combinação de fatores socioeconómicos, ambientais, biológicos e genéticos e que qualquer pessoa em qualquer momento da sua vida pode tornar-se mais suscetível a uma saúde mental mais fragilizada. É necessária uma abordagem de saúde mental em todas as políticas», para prevenir, abordar e mitigar o impacto das condições de saúde mental, acrescentam. O relatório apela aos Estados-Membros para que priorizem e melhorem o acesso aos serviços de saúde mental para grupos vulneráveis, como crianças, adolescentes, jovens adultos, pessoas LGBTQIA+, doentes com doenças crónicas e deficiências, idosos, migrantes e minorias étnicas.

Com a saúde mental ainda estigmatizada, os eurodeputados argumentam que é urgente desenvolver e implementar campanhas de informação, aumentar a sensibilização e promover debates abertos sobre as condições de saúde mental. Os eurodeputados apelam à Comissão e aos governos da UE para que promovam iniciativas para combater o estigma, a exclusão e a discriminação de pessoas com problemas de saúde mental, envolvendo as comunidades, figuras públicas, políticos, instituições públicas e cada pessoa num debate público, sem preconceitos nem enviesamentos. Os eurodeputados sublinham que todos os cidadãos da UE devem ter acesso ao conjunto completo de serviços de saúde mental de qualidade, sem ter de enfrentar dificuldades financeiras ou administrativas. Salientam a necessidade de assegurar um maior investimento na saúde pública e de dar resposta à escassez de mão de obra no domínio da saúde mental e de formação adequada.

Parlamento apoia criação do Espaço Europeu de Dados de Saúde

Os eurodeputados [adotaram](#) a sua posição sobre a criação do Espaço Europeu de Dados de Saúde, com o objetivo de facilitar o acesso aos dados pessoais e promover a partilha segura. O novo Espaço Europeu de Dados de Saúde deverá permitir aos cidadãos controlarem os seus dados pessoais relacionados com a saúde e facilitar a partilha segura para fins de investigação e altruístas (ou seja, sem fins lucrativos). A legislação deverá conferir aos doentes o direito de aceder aos seus dados pessoais de saúde nos diferentes sistemas da UE (a chamada utilização primária) e permitir aos profissionais aceder à informação estritamente necessária para um determinado tratamento. Seria possível aceder aos resumos de saúde dos doentes, receitas eletrónicas, relatórios imagiológicos e resultados laboratoriais.

Sangue, tecidos e células: Conselho e Parlamento chegam a acordo

O Conselho [chegou](#) a um acordo provisório com o Parlamento Europeu sobre novas regras destinadas a melhorar a **segurança e a qualidade do sangue, dos tecidos e das células** utilizados nos cuidados de saúde e a facilitar a **circulação transfronteiriça** destas substâncias na UE. O regulamento relativo às **substâncias de origem humana (SoHO)** assegurará uma melhor proteção dos doadores e dos recetores, bem como das crianças nascidas na sequência da reprodução medicamente assistida. As novas regras propostas visam reforçar o quadro jurídico existente e proporcionar também mais flexibilidade, a fim de acompanhar a evolução científica e técnica.

O texto acordado pelos legisladores alarga o âmbito de aplicação das SoHO de modo a incluir o **leite materno humano e a microbiota intestinal**. Visa igualmente orientar a legislação da UE para o futuro, ao abranger outras SoHO que mais tarde possam ser aplicadas no ser humano, e permitir atualizações posteriores mais flexíveis. O regulamento proposto abrange um vasto leque de atividades, desde o registo e a análise dos doadores, a colheita e o processamento, até à aplicação em seres humanos e à monitorização dos resultados clínicos ligada às substâncias de origem humana.



UE e os Balcãs Ocidentais oferecem bolsas de estudo para o campus de Tirana do Colégio da Europa

A maioria dos Estados-Membros da UE, alguns dos parceiros dos Balcãs Ocidentais, o Conselho de Cooperação Regional e a Comissão Europeia comprometeram-se a conceder bolsas de estudo aos estudantes do novo campus de Tirana do Colégio da Europa. As promessas foram [assinadas](#) num evento que teve lugar à margem da cimeira UE-Balcãs Ocidentais, em Bruxelas.

Conselho dos Negócios Estrangeiros, 11 de dezembro de 2023

O Conselho dos Negócios Estrangeiros [discutiu](#) a agressão russa à Ucrânia, com destaque para a situação em duas frentes: a militar, com Putin buscando uma dinâmica antes do inverno e promovendo sua candidatura à Presidência, e a busca pela adesão à UE. O alto representante enfatizou a necessidade de apoio militar e financiamento a longo prazo à Ucrânia, com diretrizes a serem fornecidas pelo Conselho Europeu em dezembro.

O Conselho debateu a situação em Israel e na região, especialmente o reatamento das hostilidades no sul de Gaza. Destacou-se o sofrimento humano em Gaza, com 60-70% das mortes sendo civis e 85% da população (1,9 milhões) deslocada internamente. A UE reafirmou seu apoio financeiro à Autoridade Palestiniana. O alto representante propôs ações, incluindo a recusa à deslocação forçada em Gaza, a continuação das ações contra o Hamas e medidas restritivas contra colonos extremistas na Cisjordânia.

Finalmente, o Conselho analisou a deterioração da situação no Sael, onde juntas militares fortalecem a sua posição, restringem liberdades e desmantelam instituições democráticas, aproximando-se da Rússia. Após a Cimeira da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, o Conselho confirmou apoio à mediação e concordou com princípios orientadores para redefinir a ação da UE na região. Lançou uma iniciativa de apoio aos países da África Ocidental do Golfo da Guiné (Costa do Marfim, Gana, Togo e Benim) no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa.

Conselho e Parlamento chegam a acordo político para criminalizar a violação das sanções da UE

A Presidência espanhola do Conselho e o Parlamento Europeu concluíram as [negociações](#) sobre um novo ato legislativo da UE que estabelece infrações penais e sanções aplicáveis em caso de violação das sanções da UE. Esta diretiva garante que as pessoas que violem ou contornem as sanções da UE serão objeto de procedimento penal. Este aspeto ganha especial importância no contexto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia.

Defesa da Democracia: Comissão propõe-se revelar a influência estrangeira encoberta

A Comissão Europeia adotou um [pacote](#) de medidas de defesa da democracia, antes das eleições europeias de 2024. A peça central deste pacote é uma proposta legislativa que reforçará a transparência e a responsabilidade democrática das atividades de representação de interesses em nome de países terceiros, destinadas a influenciar as políticas, a tomada de decisões e o espaço democrático. Inclui também duas recomendações que visam promover eleições livres, justas e resilientes e a participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil na elaboração das políticas.

Parlamento Europeu: abrir negociações de adesão com a Ucrânia, a Moldávia e a Bósnia-Herzegovina

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre a política de alargamento, que considera um dos instrumentos geopolíticos mais fortes à disposição da UE e um investimento estratégico na paz e na segurança.

Os eurodeputados [instaram](#) o Conselho Europeu a decidir, na sua reunião de 14 e 15 de dezembro, a abertura de negociações de adesão com a Ucrânia e a República da Moldávia. Os eurodeputados defendem que, desde que sejam tomadas certas medidas de reforma, as negociações de adesão com a Bósnia-Herzegovina e com a Geórgia devem ser abertas.

UE anuncia 125 milhões de euros de ajuda humanitária inicial aos palestinianos para 2024

Numa altura em que a situação humanitária continua a agravar-se no Médio Oriente, a Comissão [disponibilizará](#) 125 milhões de euros de ajuda humanitária ao povo palestiniano em 2024. Este novo financiamento apoiará as organizações humanitárias que trabalham tanto em Gaza como na Cisjordânia.

A ajuda humanitária financiada pela UE é prestada em conformidade com os princípios humanitários, neutralidade, imparcialidade e independência. É prestada através das agências humanitárias da ONU, das organizações não governamentais e do Comité Internacional da Cruz Vermelha, bem como de muitas organizações de ajuda local que com elas colaboram.

A cada dia que passa, a crise humanitária em Gaza agrava-se. Em resposta, a Comissão mobilizou rapidamente o seu vasto conjunto de instrumentos de resposta a emergências. Com um total de 30 voos de ponte aérea humanitária organizados, já foram enviadas mil toneladas de assistência para as pessoas necessitadas em Gaza.



Comissão congratula-se com acordo político sobre o Regulamento Inteligência Artificial

A Comissão Europeia [congratula-se](#) com o acordo político alcançado entre o Parlamento Europeu e o Conselho sobre o Regulamento Inteligência Artificial, que havia [proposto](#) em abril de 2021. As novas regras, que terão por base uma definição de inteligência artificial orientada para o futuro, serão aplicadas diretamente e da mesma forma em todos os Estados-Membros, de acordo com uma abordagem baseada nos riscos.

As empresas que não cumpram as regras serão **multadas**. As coimas poderão cifrar-se em 35 milhões de EUR ou 7 % do volume de negócios anual mundial (consoante o que for mais elevado) por infrações relacionadas com aplicações de IA proibidas, 15 milhões de EUR ou 3 % por incumprimento de outras obrigações e 7,5 milhões de EUR ou 1,5 % por fornecimento de informações incorretas. Estão previstos **limites máximos mais proporcionais** para coimas para as PME e as empresas em fase de arranque em caso de infração ao Regulamento Inteligência Artificial.

O Regulamento Inteligência Artificial introduz regras específicas para modelos de IA de finalidade geral que assegurarão a transparência ao longo da cadeia de valor. No caso dos modelos muito potentes suscetíveis de acarretar riscos sistémicos, serão impostas obrigações vinculativas adicionais relacionadas com a gestão dos riscos e a monitorização de incidentes graves, a avaliação de modelos e a realização de testes antagónicos. Estas novas obrigações serão impostas através de códigos de boas práticas elaborados pela indústria, pela comunidade científica, pela sociedade civil e por outras partes interessadas, em colaboração com a Comissão.

Relativamente à governação, as autoridades nacionais competentes em matéria de fiscalização do mercado supervisionarão a aplicação das novas regras a nível nacional, enquanto **um novo Serviço Europeu da Inteligência Artificial** da Comissão Europeia assegurará a sua coordenação a nível europeu. O novo Serviço IA supervisionará também a aplicação e o cumprimento das novas regras relativas aos modelos de IA de uso geral. Juntamente com as autoridades nacionais de fiscalização do mercado, o Serviço IA será o primeiro organismo a nível mundial a aplicar regras vinculativas em matéria de IA, sendo por isso expectável que se torne uma referência internacional. Um painel científico de peritos independentes desempenhará um papel central no que concerne os modelos de uso geral, emitindo alertas sobre riscos sistémicos e contribuindo para classificar e testar os modelos.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para 2023 e 2024.



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

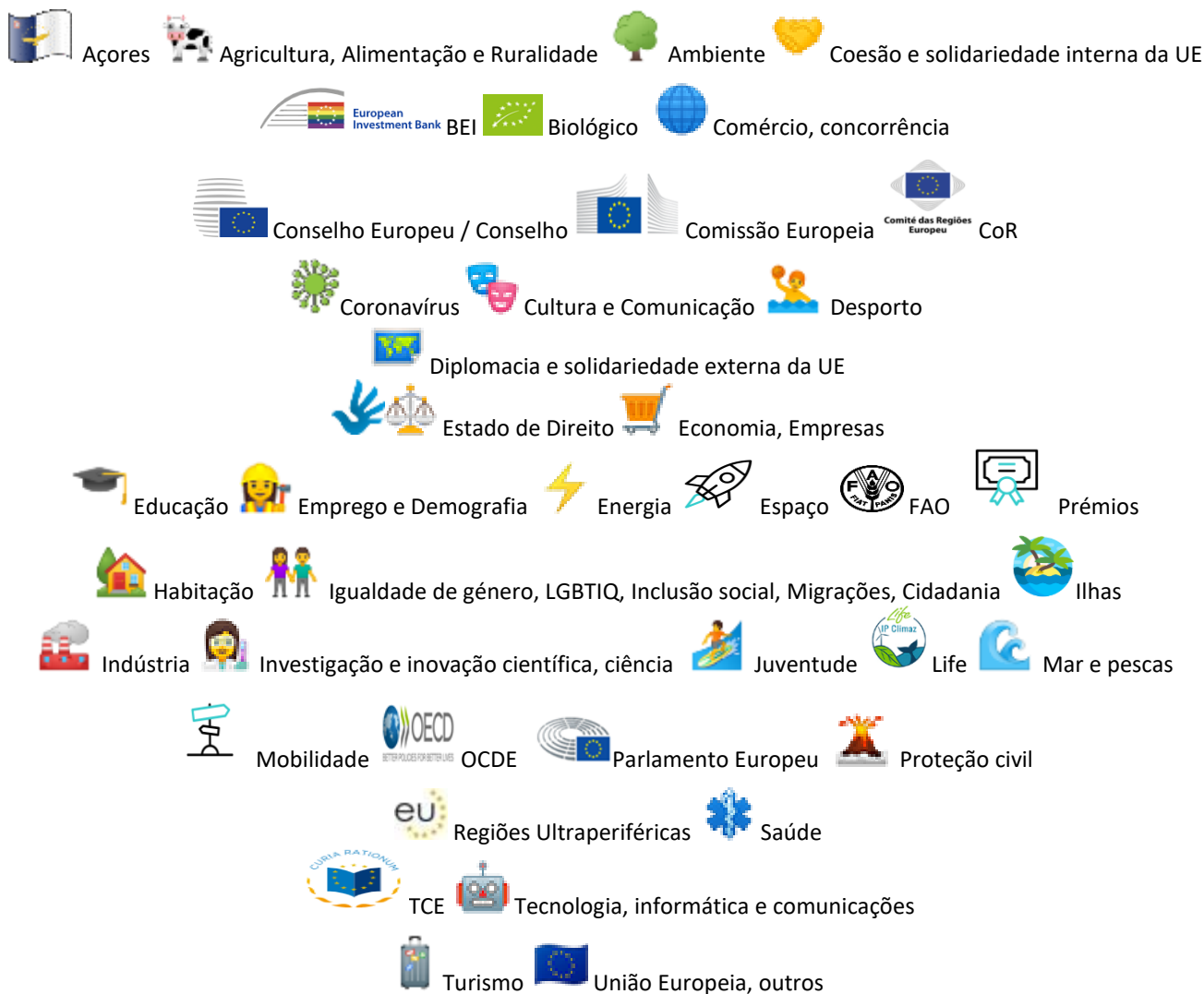


O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBDC – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!